

---

***Empresa***  
***Concessionária de***  
***Rodovias do***  
***Sul S.A. - Ecosul***  
***Demonstrações financeiras em***  
***31 de dezembro de 2022***  
***e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Empresa Concessionária de  
Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

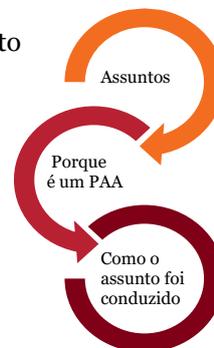
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Empresa Concessionária de  
Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

---

## Porque é um PAA

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Notas 3 (f) e 20)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

---

### Redução ao valor recuperável do ativo intangível – contratos de concessão (Notas 3(b) e 10)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 478.579 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de

Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.



Empresa Concessionária de  
Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

---

### Porque é um PAA

crescimento, os ajustes tarifários extraordinários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

---

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Empresa Concessionária de  
Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Empresa Concessionária de  
Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:  
Marcelo Orlando  
Signed By: MARCELO ORLANDO 05390848837  
CPF: 05390848837  
Signing Time: 15 March 2023 | 19:28 BRT  
  
Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

### Introdução

A Administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão.

A Ecosul administra os segmentos da BR-116 entre Camaquã e Jaguarão e a BR-392 entre Rio Grande e Santana da Boa Vista, denominado como Polo Rodoviário de Pelotas (RS), com 457,3 km de vias federais.

A concessão reúne trechos vitais para as economias regional e nacional, sendo o maior deles o “corredor do Mercosul” (BR-116). Grande parte dos veículos que trafega anualmente pelas rodovias administradas pela concessionária é de carga, com destino ao Porto do Rio Grande. Além disso, a Ecosul é o principal acesso para turistas uruguaios em direção ao litoral brasileiro.

Nos últimos anos o escopo do Contrato de Concessão está passando por uma evolução dos parâmetros de atendimento, principalmente pela incorporação de segmentos duplicados da BR-116 e BR-392, propiciando a melhoria da prestação de serviços aos seus usuários e agregação de valor.

A concessão tem prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários.

### Destaques operacionais e financeiros

O volume de tráfego atingiu 25.573 mil veículos equivalentes pagantes em 2022 (-6,6%).

A receita líquida atingiu R\$431,5 milhões em 2022. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$385,7 milhões em 2022 (+18,7%).

O EBITDA ajustado<sup>2</sup> totalizou R\$307,6 milhões em 2022 (+26,5%) e a margem EBITDA ajustada<sup>2</sup>, 79,8%.

Destaques (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	25.573	27.378	-6,6%
Tarifa Média	13,41	12,97	3,5%
Receita líquida	431,5	473,7	-8,9%
EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	307,6	243,3	26,5%
Margem EBITDA Ajustada <sup>2</sup>	79,8%	74,9%	4,9 p.p.
Capex	64,4	160,2	-59,8%

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

<sup>2</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

## Volume de tráfego

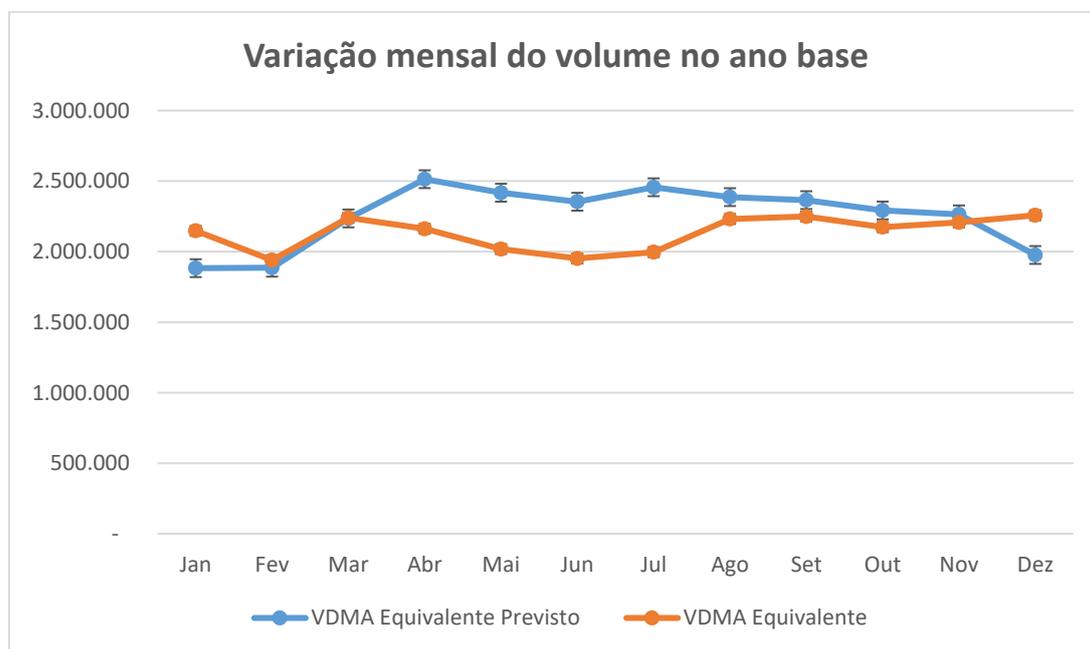
O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 25.573 mil em 2022, redução de 6,6% em relação a 2021. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 12,9% devido à flexibilização das regras de isolamento social no combate à Covid-19 em função da evolução dos programas e campanhas de vacinação. O tráfego de veículos pesados apresentou redução de 12,1% influenciado pela quebra de safra de soja no Rio Grande do Sul.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2022	2021	Var.
Leves	6.840	6.058	12,9%
Pesados	18.733	21.320	-12,1%
<b>Total</b>	<b>25.573</b>	<b>27.378</b>	<b>-6,6%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

### Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2022, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



## Tarifa e tarifa média

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 3,5% em 2022.

Tarifa Média (em R\$)	2022	2021	Var.
Ecosul	13,41	12,97	3,5%

Em novembro/22, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio com aumento de 23,57% devido, principalmente, à variação da inflação. De acordo com o contrato de concessão, o reajuste estava previsto para ser aplicado em 01 de janeiro de 2022.

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2022.

Valor da tarifa por praça de pedágio em Dezembro de 2022 (em R\$)								
Praça de Pedágio	Categoria de veículo							
	1	2	3	4	5	6	7	8
P1 CAPÃO SECO	15,20	30,50	45,70	60,90	76,20	91,40	22,80	30,50
P2 CRISTAL	15,20	30,50	45,70	60,90	76,20	91,40	22,80	30,50
P3 GLÓRIA	15,20	30,50	45,70	60,90	76,20	91,40	22,80	30,50
P4 PAVÃO	15,20	30,50	45,70	60,90	76,20	91,40	22,80	30,50
P5 RETIRO	15,20	30,50	45,70	60,90	76,20	91,40	22,80	30,50

## Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$468,1 milhões em 2022, redução de 7,2% em relação ao ano anterior devido, principalmente, a redução da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$36,7 milhões, aumento de 18,4% em relação a 2021.

**Receitas de Pedágio:** R\$421,8 milhões em 2022, aumento de 18,7%, em virtude principalmente do registro do direito ao reequilíbrio decorrentes dos atrasos dos reajustes de tarifa reconhecidos pela ANTT e do reajuste tarifário aplicado em novembro de 2022.

**Receitas Acessórias:** R\$0,6 milhão em 2022, aumento de 15,8% em comparação com o ano anterior devido as receitas com fibra ótica e painéis publicitários.

**Receita de Construção:** R\$45,8 milhões em 2022, redução de 69,2%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Receitas de Pedágio	421,8	355,3	18,7%
Receitas Acessórias	0,6	0,5	15,8%
Receita de Construção	45,8	148,9	-69,2%
<b>Total</b>	<b>468,1</b>	<b>504,6</b>	<b>-7,2%</b>

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$4.863,9 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Receitas de Pedágio	421,8	355,3	3.281,1
Receitas Acessórias	0,6	0,5	8,8
Receita de Construção	45,8	148,9	601,3
<b>Total</b>	<b>468,1</b>	<b>504,6</b>	<b>3.891,1</b>

## Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$246,9 milhões em 2022, redução de 24,0% em relação a 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$78,0 milhões, redução de 4,6%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Pessoal	19,7	18,7	5,4%
Conservação e manutenção	8,7	15,1	-42,4%
Serviços de terceiros	36,9	36,6	0,6%
Seguros, Poder Concedente e locações	6,1	5,2	17,0%
Outros	6,8	6,3	7,7%
<b>Custos caixa</b>	<b>78,0</b>	<b>81,8</b>	<b>-4,6%</b>
Depreciação e amortização	110,8	82,8	33,8%
Provisão para manutenção	12,2	11,1	9,7%
Custo de construção de obras	45,8	148,9	-69,2%
<b>TOTAL</b>	<b>246,9</b>	<b>324,7</b>	<b>-24,0%</b>

**Pessoal:** R\$19,7 milhões em 2022, aumento de 5,4% devido, principalmente, ao aumento com provisões para reclamações trabalhistas e participações nos resultados (PLR).

**Conservação e Manutenção:** R\$8,7 milhões em 2022, redução de 42,4%, em função do enquadramento no IFRS16 dos custos com despesas de serviços de conservação vegetal e pela redução nos custos com drenagem.

**Serviços de terceiros:** R\$36,9 milhões em 2022, aumento de 0,6%, devido ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela EcoRodovias Concessões e Serviços.

**Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$6,1 milhões em 2022, aumento de 17,0% devido ao incremento da outorga variável, em função do crescimento da receita de pedágio.

**Outros:** R\$6,8 milhões em 2022, aumento de 7,7%, devido ao incremento dos custos com combustíveis de veículos pesados e a redução de recuperação de despesas.

**Depreciação e Amortização:** R\$110,8 milhões em 2022, aumento de 33,8%, em razão do incremento da amortização dos contratos de concessão e o direito de uso do IFRS16.

**Provisão para manutenção:** R\$12,2 milhões em 2022, aumento de 9,7%, devido ao incremento da provisão para a manutenção.

**Custo de construção:** R\$45,8 milhões em 2022, redução de 69,2%, devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor dos custos e despesas acumulados desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.333,0 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Custos	246,9	324,7	1.761,5

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## EBITDA

Em 2022, o EBITDA<sup>1</sup> totalizou R\$295,4 milhões e a margem EBITDA, 68,5%. O EBITDA Ajustado<sup>3</sup>, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$307,6 milhões, aumento de 26,5% em relação a 2021 e margem EBITDA Ajustada<sup>2</sup> de 79,8%.

<b>EBITDA</b> <b>(em milhões de R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var.</b>
Lucro do exercício	90,4	84,8	6,6%
Depreciação e amortização	110,8	82,8	33,8%
Resultado Financeiro	49,0	22,1	122,1%
Imposto de renda e contribuição social	45,2	42,5	6,3%
Receita de Construção	45,8	148,9	-69,2%
Custo de Construção	(45,8)	(148,9)	-69,2%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>295,4</b>	<b>232,2</b>	<b>27,3%</b>
<b>Margem EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>68,5%</b>	<b>49,0%</b>	<b>19,5 p.p.</b>
Provisão para manutenção <sup>2</sup>	12,2	11,1	9,7%
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>307,6</b>	<b>243,3</b>	<b>26,5%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada<sup>3</sup></b>	<b>79,8%</b>	<b>74,9%</b>	<b>4,9 p.p.</b>

<sup>1</sup> Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

<sup>2</sup> A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

<sup>3</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$49,0 milhões, aumento de R\$27,0 milhões em relação aos R\$22,1 milhões negativos em 2021, impactado principalmente pela aumento dos juros sobre debêntures.

<b>Resultado Financeiro</b> <b>(em milhares de R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var.</b>
Juros sobre debêntures	(50,8)	(16,0)	n.m.
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(5,2)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,4)	(1,0)	41,3%
Receitas de aplicações financeiras	2,6	1,4	86,2%
Outros efeitos financeiros	0,5	(1,3)	n.m.
<b>TOTAL</b>	<b>(49,0)</b>	<b>(22,1)</b>	<b>122,1%</b>

## Lucro líquido do Exercício

Em 2022, a Ecosul apresentou lucro líquido de R\$90,4 milhões, aumento de 6,6% em relação a 2021.

## Endividamento

A Ecosul encerrou o exercício de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no montante de R\$22,5 milhões e dívida bruta, composta por empréstimos e financiamentos no valor de R\$374,0 milhões, sendo 58,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1,1 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$30,4 milhões.

A dívida líquida encerrou o exercício de 2022 em R\$351,4 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 1,1x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 12, 13, 14 e 17 das Demonstrações Financeiras.

<b>Endividamento (em milhões de R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var.</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>154,1</b>	<b>2,7</b>	<b>n.m.</b>
Debêntures	154,1	2,7	n.m.
<b>Longo Prazo</b>	<b>219,8</b>	<b>369,3</b>	<b>-40,5%</b>
Debêntures	219,8	369,3	-40,5%
<b>Dívida Bruta<sup>1</sup></b>	<b>374,0</b>	<b>371,9</b>	<b>0,5%</b>
Obrigações com Poder Concedente	1,1	0,3	n.m.
Passivo de Arrendamento	30,4	3,7	n.m.
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>405,5</b>	<b>375,9</b>	<b>7,9%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	22,5	9,1	146,3%
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>382,9</b>	<b>366,8</b>	<b>4,4%</b>
<b>Dívida Líquida<sup>1</sup></b>	<b>351,4</b>	<b>362,8</b>	<b>-3,1%</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente e Passivo de Arrendamento

## Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$64,4 milhões em 2022.

<b>CAPEX (em milhões de R\$)</b>	<b>2022</b>		
	<b>Intangível/ Imobilizado</b>	<b>Custo de Manutenção</b>	<b>Total</b>
Ecosul	52,8	11,6	64,4

<b>CAPEX (em milhões de R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Hardware e equipamentos de pedágio	2,2	1,7	0,6
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	1,0	0,5	0,3
Contrato de concessão	12,8	135,7	45,5
Intangível em andamento	48,3	22,1	37,0
Software de terceiros	0,1	0,3	0,1
<b>Capex Total</b>	<b>64,4</b>	<b>160,2</b>	<b>83,5</b>

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

<b>Investimentos (em milhões de R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Acumulado Até 2020</b>
Imobilizado	3,2	2,2	23,4
Intangível	61,2	158,0	689,0
<b>Investimentos totais</b>	<b>64,4</b>	<b>160,2</b>	<b>712,4</b>

## Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$241,5 milhões, isto é, 51,6% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 12,0 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$200,1 milhões e a representatividade de 39,6%.

<b>Demonstração do Valor Adicionado</b> <b>(em milhões de R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var.</b>
Valor adicionado líquido	241,5	200,1	20,7%
Receita operacional bruta	468,1	505,6	-7,2%
Representatividade	51,6%	39,6%	12,0 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2022 foi de R\$21,1 milhões.

<b>Impostos Municipais repassados</b> <b>(em milhões de R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Acumulado até 2020</b>
ISS - Imposto Sobre Serviço	21,1	17,8	119,7

## **Dividendos e Juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$75.055 mil refere-se a: (i) R\$40.263 mil de dividendos remanescentes do exercício de 2021; (ii) R\$101 mil de juros sobre capital próprio do exercício de 2021, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022; (iii) R\$1.641 mil de juros sobre capital próprio (dos R\$1.777 mil contabilizados) do exercício de 2022; e (iv) R\$33.050 mil de dividendos intermediários do exercício de 2022, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, a serem ratificados na Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2023. O saldo de R\$136 mil de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

## **Planejamento e Gestão empresarial**

O êxito que as concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Em 2022, as atividades relacionadas à gestão da qualidade foram embasadas na norma ISO 9001:2015, compreendendo todos os processos da Companhia, os quais passam por auditorias constantes, tanto internas como externas. Junto a esta certificação, possuímos também as certificações ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007. Todas as normas formam o Sistema de Gestão Integrada (SGI).

O SGI tem política definida, o qual esclarece que buscamos garantir que a Companhia seja referência em gestão sustentável de rodovias, proporcionando mobilidade, conforto e segurança aos usuários e agregando valor ao negócio. Aliado a isso, a busca de um ambiente que garanta a sustentabilidade da concessionária, através da realização de serviços que atendam aos requisitos especificados e ao mesmo tempo preservem o meio ambiente e a integridade física das pessoas envolvidas, assegurando o atendimento das necessidades e expectativas de seus clientes e outras partes interessadas.

Estas certificações confirmam o compromisso da Ecosul com o desenvolvimento sustentado do negócio e o alinhamento de sua gestão às melhores práticas de mercado.

## Recursos Humanos

Em 2022, a Companhia investiu R\$50,0 mil (R\$57,0 mil em 2021), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo, com as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em 31 de dezembro de 2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)x10.000
Analista de Sistema Rodoviário/Planejamento de Obras	3	0,4
Analista Tráfego CCO I	1	0,1
Assistente Tráfego	1	0,1
Atendente SAU	2	0,3
Auxiliar Atendimento Conservação	9	1,3
Auxiliar de laboratório/manutenção	4	0,6
Controlador de Balança	4	0,6
Controlador de CCO	4	0,6
Controlador Sistema Rodoviário	12	1,8
Coordenador Conservação/Obras	2	0,3
Coordenador Sistema Rodoviário	1	0,1
Coordenador Tráfego	1	0,1
Gerente de Atendimento ao Usuário	1	0,1
Operador de CCO	7	1,0
Operador Pedágio/Operador Rodoviário	150	22,3
Operador Tráfego	14	2,1
Porteiro	1	0,1
Supervisor Operacional	3	0,4
Técnico Manutenção	3	0,4
Técnico Segurança do Trabalho	2	0,3
<b>Total de Pessoal - Operacional</b>	<b>225</b>	<b>33,5</b>
Aprendiz	13	1,9
Advogado	1	0,1
Analista Administrativo	6	0,9
Assistente Adm/Diretoria/Ouvidoria/Sustentabilidade	8	1,2
Assistente de Engenharia/Laboratório	7	1,0
Auxiliar Administrativo	2	0,3
Auxiliar de serviços gerais/Viveirista	12	1,8
Coordenador Administrativo/Jurídico/Sustentabilidade	4	0,6
Diretor Superintendente/Gerente	2	0,3
Engenheiro/Técnico de Engenharia	5	0,7
<b>Total de Pessoal - Pedágio</b>	<b>60</b>	<b>8,9</b>
<b>Total de Pessoal - Concessionária</b>	<b>285</b>	<b>42,4</b>

## Indicadores Operacionais

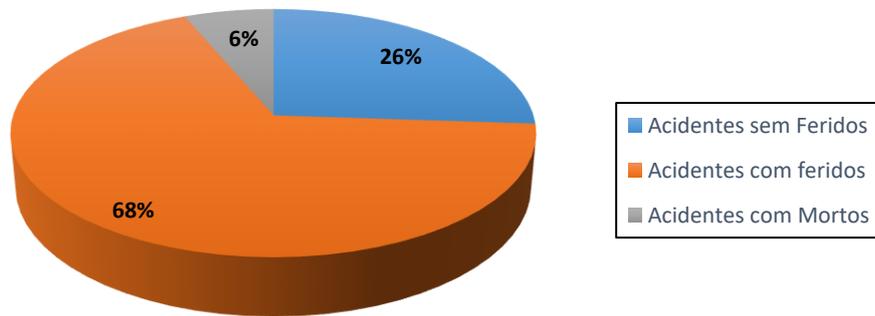
---

### Segurança no Trânsito

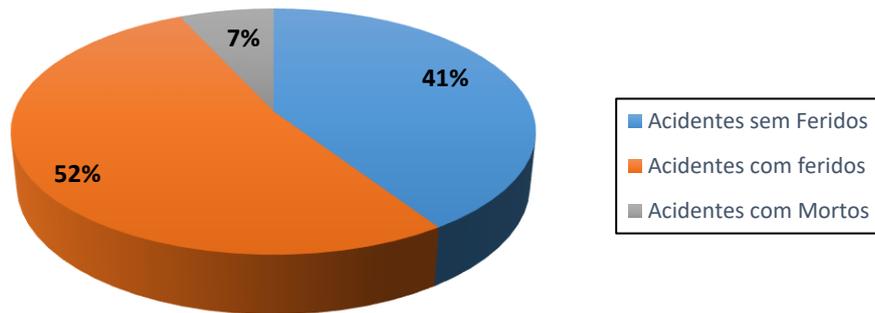
#### Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

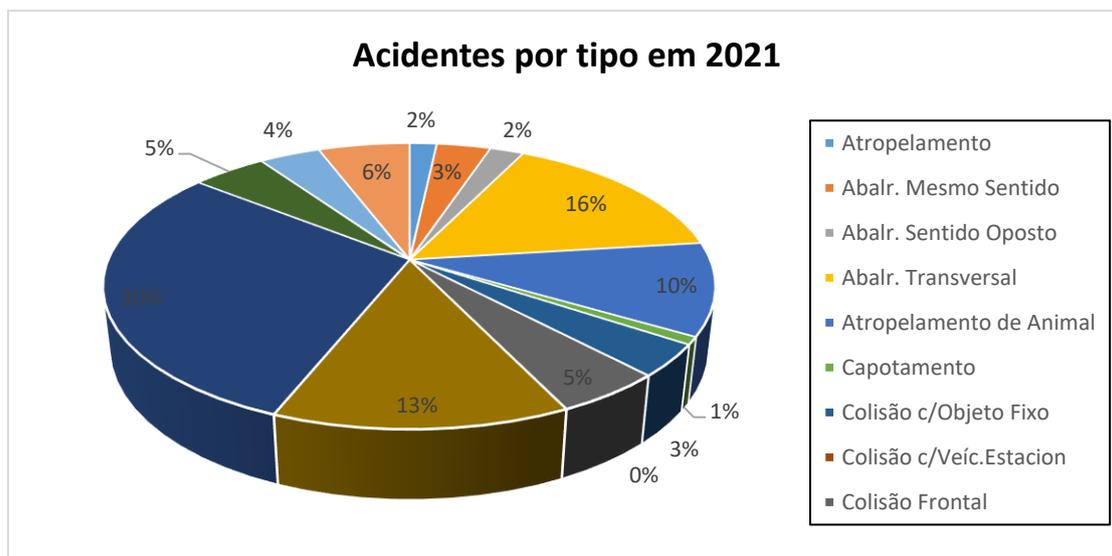
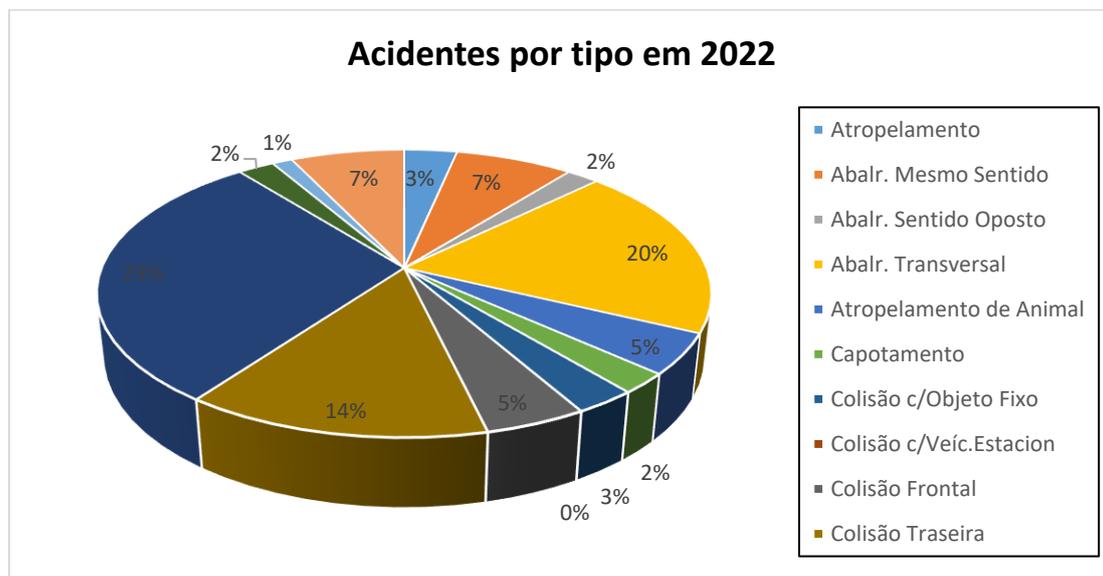
### Acidentes por gravidade em 2022



### Acidentes por gravidade em 2021



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



## Dados de Operação da Concessão

### *Veículos Alocados*

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último exercício social. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

<b>Veículos aplicados na concessão</b>			
<b>Tipo de veículo</b>		<b>Qtde</b>	<b>Qtde/100 km</b>
Veículo Inspeção Tráfego (VIT)		4	0,9
Guincho Leve		6	1,3
Guincho Pesado		2	0,4
Ambulância		6	1,3
Veículos de Apreensão		1	0,2
Supervisão Resgate		2	0,4
<b>Total de veículos operacionais</b>		<b>21</b>	<b>4,6</b>
Supervisão de Tráfego		1	0,2
Coordenação de Arrecadação		1	0,2
<b>Total de veículos de apoio</b>		<b>2</b>	<b>0,4</b>
<b>Total de veículos aplicados na concessão</b>		<b>23</b>	<b>5,0</b>

## Concessionária em números

<b>Dados anuais e por empresa</b>	<b>Referência</b>
Quilômetros da rodovia	457,3 km
Número de veículos que transitaram	Cat 1: 6.698 milhões
	Cat 2: 791 milhões
	Cat 3 a Cat 8: 3.299 milhões
Tarifa	Variado conforme CAT, veja tabela de tarifas
Número de praças de pedágio	5 (cinco)
Número de quilômetros mantidos	457,3 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	70.071 mil
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	70.063 mil
Equipes utilizadas pela concessionária	285 funcionários
Índices de qualidade de estrada	Não aplicável.
Receita de pedágio em 2022	R\$ 421,8 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2022	R\$ 201,1 milhões

<b>Fator Trabalho</b>	
Número de trabalhadores	285 funcionários
Despesas com pessoal em 2022	R\$ 19,7 milhões

<b>Fator Capital</b>	
Despesas de depreciação	R\$ 110,8 milhões
Ativo líquido	R\$ 22,5 milhões
Ativo bruto	R\$ 568,3 milhões
Série histórica dos investimentos	R\$ 937,1 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2022	8,47%

<b>Fatores Intermediários</b>	
Despesas em administração	R\$ 17,3 milhões
Despesas em manutenção	R\$ 8,7 milhões
Outras despesas	R\$ 6,8 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 103
	Com feridos: 267
	Com mortos: 25

Indicadores	
Tarifa média	R\$ 13,41
Custo por veículo ou km	R\$ 7,86

## Balanco Social

1 - Base de cálculo	2022 Valor em R\$ mil			2021 Valor em R\$ mil		
Faturamento Bruto	468.126			504.646		
Receita líquida (RL)	431.473			473.682		
Resultado Operacional (RO)	184.607			149.348		
Folha de Pagamento bruta (FPB)	19.667			18.664		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	19.667			18.664		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0			0		
2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.971	10%	0%	1.967	11%	0%
Encargos sociais	3.158	16%	1%	3.200	17%	1%
Previdência privada	141	1%	0%	155	1%	0%
Saúde	2.130	11%	0%	2.095	11%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	-	0%	0%	19	0%	0%
Educação	68	0%	0%	65	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	50	0%	0%	57	0%	0%
Creches ou auxílio creche	52	0%	0%	47	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.114	6%	0%	783	4%	0%
Outros	-	0%	0%	-	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>8.684</b>	<b>44%</b>	<b>2%</b>	<b>8.388</b>	<b>45%</b>	<b>2%</b>
3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	0%	0%	10	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	14	0%	0%
Saúde e saneamento	-	0%	0%	25	0%	0%
Esporte	-	0%	0%	6	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	15	0%	0%	-	0%	0%
Outros	72	0%	0%	1	0%	0%
<b>Total de contribuições à sociedade</b>	<b>87</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>56</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	0%	0%	-	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>87</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>56</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

<b>4 - Indicadores ambientais</b>						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	638	3%	0%	585	3%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	433	2%	0%	269	1%	0%
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>1.071</b>	<b>6%</b>	<b>0%</b>	<b>854</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	<input type="checkbox"/> Não possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> Cumpre de 50 a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 75 a 100%			<input type="checkbox"/> Não possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> Cumpre de 50 a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 75 a 100%		
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>						
Nº de colaboradores ao final do período	257			302		
Tempo de serviço	3% até seis meses 4% de seis meses a um ano 14% entre um e dois anos 21% entre dois e cinco anos 58% mais de cinco anos			7% até seis meses 9% de seis meses a um ano 8% entre um e dois anos 29% entre dois e cinco anos 47% mais de cinco anos		

Nº de admissões durante o período	23	45
Nº de demissões durante o período	42	53
Nº de colaboradores terceirizados	416	-
Nº de estagiários (as)	-	-
Nº de colaboradores com até 18 anos	1	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	22	44
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	177	181
Nº de colaboradores acima de 45 anos	57	59
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	142	158
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	-	-
Remuneração paga a mulheres no período	3.747.345	3.794.300
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	37	38
% de cargos gerenciais ocupados por negros	-	-
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	9	9
Total de horas extras trabalhadas	27.188	27.927
Total de horas extras pagas	234.944	239.358
Total de INSS pagos	2.391	2.394
Total de FGTS pago	767	806
Total de Contribuição Sindical paga	64.107	-
Total de demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhidos no período	-	-
Total de IR recolhido no período	12.478	33.377
Total de CSLL recolhidos no período	5.035	12.481
Total de PIS recolhidos no período	18	9
Total de COFINS recolhidos no período	108	57
Total de outros tributos recolhidos no período	21.105	17.778
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	98,00%	96,83%
Número total de acidentes de trabalho	3	5
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	93,8% na Concessionária 0% no PROCON 6,2% na Justiça	93,9% na Concessionária 0% no PROCON 6,1% na Justiça
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		
Distribuição do Valor Adicionado	33,5% governo 37,0% acionistas 8,1% colaboradores 21,5% terceiros	36,5% governo 42,2% acionistas 9,3% colaboradores 12,0% terceiros

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$79,1 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

---

A Diretoria da Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

Pelotas – RS, 15 de março de 2023.

**A Administração**

---

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.564	8.818	Fornecedores		9.320	9.778
Aplicação financeiras	6	968	331	Debêntures	13	154.129	2.678
Clientes	7	25.787	14.913	Passivo de arrendamento	14	9.417	1.067
Tributos a recuperar		232	813	Impostos, taxas e contribuições a recolher		6.276	3.503
Despesas antecipadas		1.387	1.064	Obrigações sociais e trabalhistas		2.804	2.814
Partes relacionadas	15	-	28	Partes relacionadas	15	2.547	2.175
Outros créditos		747	669	Obrigações com Poder Concedente	17	598	288
Total do ativo circulante		<u>50.685</u>	<u>26.636</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.c)	3.875	257
				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	19.d)	136	101
				Provisão para manutenção	16	12.135	10.658
				Outras contas a pagar		2.723	172
				Total do passivo circulante		<u>203.960</u>	<u>33.491</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos judiciais	8	199	191	Debêntures	13	219.826	369.264
Tributos diferidos	11.a)	-	314	Passivo de arrendamento	14	20.946	2.618
Imobilizado	9	7.613	6.323	Tributos diferidos	11.a)	22.865	-
Intangível	10	509.834	454.627	Obrigações com Poder Concedente	17	547	-
Total do ativo não circulante		<u>517.646</u>	<u>461.455</u>	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	18	2.116	1.351
				Provisão para manutenção	16	6.589	6.098
				Outras contas a pagar		9.159	8.222
				Total do passivo não circulante		<u>282.048</u>	<u>387.553</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	19.a)	17.755	17.755
				Reserva de lucros - legal	19.c)	3.551	3.551
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		578	578
				Reserva de capital - ágio na incorporação		4.900	4.900
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	19.d)	55.539	40.263
				Total do patrimônio líquido		<u>82.323</u>	<u>67.047</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>568.331</u></u>	<u><u>488.091</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>568.331</u></u>	<u><u>488.091</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	20	431.473	473.682
Custo dos serviços prestados	21	(229.535)	(305.793)
LUCRO BRUTO		<u>201.938</u>	<u>167.889</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(17.344)	(18.859)
Outras receitas (despesas), líquidas		13	318
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>184.607</u>	<u>149.348</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	2.698	1.417
Despesas financeiras	22	(51.737)	(23.499)
		<u>(49.039)</u>	<u>(22.082)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>135.568</u>	<u>127.266</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(22.023)	(44.376)
Diferidos	11.b)	(23.179)	1.865
		<u>(45.202)</u>	<u>(42.511)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>90.366</u>	<u>84.755</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	23	<u>5.09</u>	<u>4.77</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.366	84.755
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>90.366</u>	<u>84.755</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Ágio na incorporação	Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>17.755</u>	<u>578</u>	<u>4.900</u>	<u>3.551</u>	<u>72.527</u>	-	<u>99.311</u>
Dividendos pagos		-	-	-	-	(72.527)	-	(72.527)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	84.755	84.755
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio (R\$0,07 por ação)		-	-	-	-	-	(1.258)	(1.258)
Dividendos intermediários (R\$2,44 por ação)	19.d)	-	-	-	-	-	(43.234)	(43.234)
Dividendos adicionais propostos (R\$2,27 por ação)	19.d)	-	-	-	-	40.263	(40.263)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>17.755</u>	<u>578</u>	<u>4.900</u>	<u>3.551</u>	<u>40.263</u>	-	<u>67.047</u>
Dividendos pagos		-	-	-	-	(40.263)	-	(40.263)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	90.366	90.366
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio (R\$0,10 por ação)		-	-	-	-	-	(1.777)	(1.777)
Dividendos intermediários (R\$1,86 por ação)	19.d)	-	-	-	-	-	(33.050)	(33.050)
Dividendos adicionais propostos (R\$3,13 por ação)	19.d)	-	-	-	-	55.539	(55.539)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>17.755</u>	<u>578</u>	<u>4.900</u>	<u>3.551</u>	<u>55.539</u>	-	<u>82.323</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	90.366	84.755
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	110.833	82.811
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	142	5
Capitalização de juros	(3.920)	(1.572)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	52.199	22.022
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.481	876
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	13.567	12.094
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	(11)
Obrigações com Poder Concedente	4.217	3.553
Atualização monetária de depósitos judiciais	(8)	(2)
Tributos diferidos	23.179	(1.865)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	22.023	44.376
Provisão direito reequilíbrio	(78.582)	-
<b>Variação nos ativos operacionais:</b>		
Clientes	(10.876)	(3.701)
Partes relacionadas - clientes	28	396
Tributos a recuperar	581	(808)
Despesas antecipadas	(323)	(976)
Depósitos judiciais	-	58
Outros créditos	334	(92)
<b>Variação nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	(458)	(5.737)
Obrigações sociais e trabalhistas	(10)	263
Partes relacionadas - fornecedores	372	346
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.773	240
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributários	(716)	(1.185)
Pagamento de provisão para manutenção	(11.599)	(8.411)
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	(3.360)	(3.497)
Outras contas a pagar	3.488	3.385
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.405)	(46.790)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>197.328</u>	<u>180.533</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(3.187)	(2.175)
Aquisição de intangível	(45.724)	(148.063)
Aplicações financeiras	(637)	964
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(49.548)</u>	<u>(149.274)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pagos	(75.055)	(152.646)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(9.793)	(251.207)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(50.186)	(18.070)
Captação de debêntures	-	368.055
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<u>(135.034)</u>	<u>(53.868)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>12.746</u>	<u>(22.609)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.818	31.427
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.564	8.818
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>12.746</u>	<u>(22.609)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 19 de janeiro de 1998 e tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário Pólo de Pelotas, mediante concessão Federal (Edital de Licitação nº 69/96), incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 15 de julho de 1998, possui prazo final em 03 de março de 2026. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.a). A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511, Bairro Retiro, no município de Pelotas - RS. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

**a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19**

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia.

**b) Conflito entre Rússia e Ucrânia**

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia.

**c) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês)**

A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas – adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

**a) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**Ativos financeiros**

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

### **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

#### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 22).

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 10, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

## c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

## d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

## f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

## g) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes

Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

i) Novas normas e interpretações revisadas e ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenants* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

j) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

k) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

#### **4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa nº3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,74% ao ano (7,92% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	1.234	1.322
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	18.818	4.704
Operações compromissadas (b)	-	1.002
Aplicações automáticas (c)	1.512	1.790
	21.564	8.818

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas. (Em 31 de dezembro de 2021 eram remunerados à taxa de 83,9% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata e estava aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofria a incidência de IOF).
- (c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Recursos não vinculados	968	331

Em 31 de dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

**7. CLIENTES**

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pedágio eletrônico (a)	22.054	14.114
Receitas acessórias (b)	28	21
Outras contas a receber	3.722	793
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (c)	(17)	(15)
	<u>25.787</u>	<u>14.913</u>

- Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	25.786	14.913
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 90 dias	-	-
De 90 a 120 dias	1	-
Acima de 120 dias	17	15
	<u>25.804</u>	<u>14.928</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	(15)	(26)
Recuperados	10	14
Constituição de PECLD	(12)	(3)
Saldo no fim do exercício	<u>(17)</u>	<u>(15)</u>

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****8. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais são:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Natureza</u>		
Trabalhista	199	191
	<u>199</u>	<u>191</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 18 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	191	247
Adições	-	-
Baixas	-	(58)
Atualização monetária	8	2
Saldo no fim do exercício	<u>199</u>	<u>191</u>

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****9. IMOBILIZADO**Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,4	6,5	7,6	16,5	-	4,7	-
<b>CUSTO</b>							
Saldos em 31/12/2021	20.274	7.022	2.508	1.359	9	85	31.257
Adições	2.151	450	169	417	-	-	3.187
Baixas	(142)	-	-	-	-	-	(142)
Transferências	189	-	-	-	-	-	189
Saldos em 31/12/2022	22.472	7.472	2.677	1.776	9	85	34.491
<b>DEPRECIACÃO</b>							
Saldos em 31/12/2021	(17.167)	(4.794)	(1.765)	(1.132)	-	(76)	(24.934)
Adições	(943)	(470)	(197)	(259)	-	(4)	(1.873)
Transferências	(71)	-	-	-	-	-	(71)
Saldos em 31/12/2022	(18.181)	(5.264)	(1.962)	(1.391)	-	(80)	(26.878)
<b>RESIDUAL</b>							
Em 31/12/2022	4.291	2.208	715	385	9	5	7.613
Em 31/12/2021	3.107	2.228	743	227	9	9	6.323

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	3,5	6,4	7,5	11,70	-	4,7	-
<b>CUSTO</b>							
Saldos em 31/12/2020	18.564	6.772	2.323	1.413	9	894	29.975
Adições	1.710	250	168	47	-	-	2.175
Baixas	-	-	-	(101)	-	-	(101)
Transferências	-	-	17	-	-	(809)	(792)
Saldos em 31/12/2021	20.274	7.022	2.508	1.359	9	85	31.257
<b>DEPRECIACÃO</b>							
Saldos em 31/12/2020	(16.486)	(4.356)	(1.575)	(1.072)	-	(881)	(24.370)
Adições	(681)	(438)	(181)	(156)	-	(4)	(1.460)
Baixas	-	-	-	96	-	-	96
Transferências	-	-	(9)	-	-	809	800
Saldos em 31/12/2021	(17.167)	(4.794)	(1.765)	(1.132)	-	(76)	(24.934)
<b>RESIDUAL</b>							
Em 31/12/2021	3.107	2.228	743	227	9	9	6.323
Em 31/12/2020	2.078	2.416	748	341	9	13	5.605

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantias de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

**EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****10. INTANGÍVEL**Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento	Softwares de terceiros	Direito de Uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	8,8	-	-
<b>CUSTO</b>					
Saldos em 31/12/2021	793.886	20.092	2.887	5.607	822.472
Adições	79.796	48.330	100	36.471	164.697
Baixas	(412)	-	-	-	(412)
Transferências	21.137	(21.326)	-	-	(189)
Saldos em 31/12/2022	894.407	47.096	2.987	42.078	986.568
<b>AMORTIZAÇÃO</b>					
Saldos em 31/12/2021	(364.003)	-	(2.243)	(1.599)	(367.845)
Adições	(98.992)	-	(258)	(9.710)	(108.960)
Transferências	71	-	-	-	71
Saldos em 31/12/2022	(462.924)	-	(2.501)	(11.309)	(476.734)
<b>RESIDUAL</b>					
Em 31/12/2022	431.483	47.096	486	30.769	509.834
Em 31/12/2021	429.883	20.092	644	4.008	454.627

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento	Softwares de terceiros	Direito de Uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	9,5	-	-
<b>CUSTO</b>					
Saldos em 31/12/2020	612.427	51.374	2.637	1.346	667.784
Adições	127.292	22.093	250	4.261	153.896
Transferências	54.167	(53.375)	-	-	792
Saldos em 31/12/2021	793.886	20.092	2.887	5.607	822.472
<b>AMORTIZAÇÃO</b>					
Saldos em 31/12/2020	(282.982)	-	(1.981)	(731)	(285.694)
Adições	(80.221)	-	(262)	(868)	(81.351)
Transferências	(800)	-	-	-	(800)
Saldos em 31/12/2021	(364.003)	-	(2.243)	(1.599)	(367.845)
<b>RESIDUAL</b>					
Em 31/12/2021	429.883	20.092	644	4.008	454.627
Em 31/12/2020	329.445	51.374	656	615	382.090

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a projetos de conservação de rotina, drenos e reabilitação de pavimentos, e conservação de sinalização horizontal do Polo Pelotas e melhorias de infraestruturas nas praças de pedágios e a constituição do direito ao reequilíbrio no montante de R\$78.582.

(ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 11,58% a.a. (10,99% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se a intervenções, conservas de rotina, reabilitação e recuperação atrelados aos pavimentos e sinalização, levantamento e inspeções de obras de artes especiais, consultoria de apoio às obras de conservação e ampliação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$3.920 referentes a encargos financeiros (R\$1.572 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis, adicionalmente foi considerado o ajuste tarifário extraordinário (degrau tarifário). Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 10,45% a.a. (26,40% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

## a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	458	260	-	718	260
Provisão para manutenção	5.697	4.613	(3.943)	6.367	670
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(5.885)	-	1.384	(4.501)	1.384
Juros capitalizados	(1.496)	(1.333)	323	(2.506)	(1.010)
Realização do ágio na incorporação	1.528	-	(350)	1.178	(350)
Direito reequilíbrio	-	(24.140)	-	(24.140)	(24.140)
Outros	12	7	-	19	7
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	314	6.125	(29.304)	(22.865)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(23.179)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 – Tributos sobre o Lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$22.865 no passivo não circulante (R\$314 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021), e registrou R\$23.179 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	-	1.622
2023	(5.730)	1.613
2024	(5.874)	(1.274)
2025	(9.284)	(1.274)
2026	(1.977)	(373)
	<u>(22.865)</u>	<u>314</u>

## b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	135.568	127.266
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(46.093)	(43.270)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(80)	(75)
Juros sobre o capital próprio	604	428
Despesas indedutíveis	9	27
Incentivos fiscais (PAT)	306	300
Outros	52	79
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(45.202)</u>	<u>(42.511)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(22.023)	(44.376)
Impostos diferidos	(23.179)	1.865
Taxa efetiva	33,3%	33,4%

## c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	257	2.671
Despesa IR/CS DRE	22.023	44.376
Total de IR/CS pagos	(18.405)	(46.790)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>3.875</u>	<u>257</u>

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	-	249.935
Adições	-	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	-	5.195
Pagamento principal	-	(250.000)
Pagamento de juros	-	(5.130)
Saldo no fim do exercício	-	-

**13. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2022	31/12/2021
4ª Emissão	05/2024	CDI + 1,65% a.a.	373.955	371.942
			373.955	371.942
Circulante			154.129	2.678
Não circulante			219.826	369.264

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023	-	-	-	150.000	(562)	149.438
2024	220.000	(174)	219.826	220.000	(174)	219.826
	220.000	(174)	219.826	370.000	(736)	369.264

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	371.942	-
Adição	-	368.055
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº22)	51.514	16.542
Pagamento de principal	-	-
Pagamento de juros	(49.501)	(12.655)
Saldo no fim do exercício	373.955	371.942

**4ª Emissão**

Em 20 de maio de 2021, foi realizada a 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 370.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$370.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,65% a.a. O prazo de vencimento do principal será de 3 anos, contados da data da emissão e o pagamento da remuneração será realizado em duas parcelas

**EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

anuais, e consecutivas devidas a partir do 2º ano contado da data de emissão. Em 02 de setembro de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures.

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
4ª emissão	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤4,0 x	1,14

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Serie única	02/06/2021	370.000	(1.851)	368.149	CDI + 1,65% a.a.	12,90% a.a.

**14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	30.363	3.685
Circulante	9.417	1.067
Não circulante	20.946	2.618

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	3685	631
Adições	36.471	4.261
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	685	285
Pagamento principal	(9.793)	(1.207)
Pagamento de juros	(685)	(285)
Saldo no fim do exercício	30.363	3.685

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****15. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	3.809	2.473	-	19.225	8.705
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	370	-	370
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora indireta	-	-	74	-	-	856
Total em 31 de dezembro de 2022		-	3.809	2.547	370	19.225	9.931
Total em 31 de dezembro de 2021		28	3.483	2.175	336	15.142	8.519

- A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre a Companhia e a controladora é de R\$31.739. O saldo em aberto de R\$2.473 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores
- A companhia e sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecosul loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor de permissão de uso, tendo encerramento contratual em 31 de Dezembro de 2022.
- Refere-se ao aluguel do imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.

**EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$1.309 (em 31 de dezembro de 2021 no montante R\$1.117).

A remuneração aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração (fixa/variável)	918	774
Remun. baseada em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	13	1
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	92	89
Previdência privada	48	46
FGTS	45	39
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	<u>152</u>	<u>152</u>
	<u>1.270</u>	<u>1.103</u>

**16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente à taxa de 8,74% ao ano (7,92% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos, estando demonstrado a seguir:

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição (custo)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2022</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	78.390	13.877	-	-	92.267
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(8.032)	(1.672)	-	-	(9.704)
Realização da manutenção	(59.809)	-	(11.599)	-	(71.408)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	6.207	-	-	1.362	7.569
	<u>16.756</u>	<u>12.205</u>	<u>(11.599)</u>	<u>1.362</u>	<u>18.724</u>
Circulante	10.658				12.135
Não circulante	6.098				6.589

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição (custo)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2021</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	65.830	12.560	-	-	78.390
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(6.602)	(1.430)	-	-	(8.032)
Realização da manutenção	(51.398)	-	(8.411)	-	(59.809)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	5.243	-	-	964	6.207
	<u>13.073</u>	<u>11.130</u>	<u>(8.411)</u>	<u>964</u>	<u>16.756</u>
Circulante	8.280				10.658
Não circulante	4.793				6.098

**17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Parcelas variáveis	<u>1.145</u>	<u>288</u>
Circulante	598	288
Não circulante	547	-

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	288	232
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	4.217	3.553
Pagamento do principal	(3.360)	(3.497)
Saldo no final do exercício	<u>1.145</u>	<u>288</u>

## EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### a) Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Data da assinatura: 15 de julho de 1998 (início do prazo da concessão em 04 de março de 2001 com o início da cobrança de pedágio).

Objeto da Concessão: Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas num total de 457,3 km, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão de serviços públicos.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: O reajuste é por meio de cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a saber: (i) INCC: 10%; (ii) IGP-M: 10%; (iii) Índice de Terraplanagem (Coluna 38 FGV): 10%; (iv) Índice de Pavimentação (Coluna 37 FGV): 18,01%; (v) Índice de Ligantes Betuminosos (Coluna 39e FGV): 1,99%; (vi) Índice de Obras de Artes Especiais (Coluna 36 FGV): 20%; e (vii) Índice de Consultoria (Coluna 39 FGV): 30%

Data de reajuste: Anualmente em 1º de janeiro de cada ano.

Prazo de vigência: O prazo original do Contrato de Concessão é de 15 anos a partir da data de início da cobrança de pedágio, com término inicialmente previsto para 03 de março de 2016. Em 07 de julho de 2000, foi celebrado o 1º Termo Aditivo estendendo o prazo de concessão para mais 10 anos, com término previsto para 03 de março de 2026.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 13.3 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; e (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$45.795, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

**EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura	7.704	19.616
Conservação especial (manutenção)	84.612	120.044
Equipamentos	45.947	43.647
Total	<u>138.263</u>	<u>183.307</u>

Seguros Contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

<u>Natureza</u>	<u>Início Vigência</u>	<u>Final Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor Garantia</u>
Seguro Garantia - Operações	01/01/2022	31/08/2023	BTG/TOO	25.847
				<u>25.847</u>

b) Outras informações sobre o Contrato de ConcessãoPavimento

Ação judicial proposta pela Companhia em 22 de março de 2021 em que discute a ilegalidade dos atos praticados pela ANTT quanto aos critérios de apuração do cronograma de investimentos das obras de recuperação e manutenção do pavimento incorporadas ao Contrato pelo 6º Termo Aditivo. Em suma, a partir de 2020 a ANTT alterou os critérios para a aceitação das obras incluídas pelo Aditivo e, com base nesse novo entendimento, revisou avaliações de anos anteriores para apontar inexecuções de obras que já haviam sido aceitas, acarretando em elevados índices de inexecução. Como consequência disso, iniciou processos administrativos para a aplicação de multas à Concessionária estimadas em R\$26.661, determinou o refazimento das obras que haviam sido aceitas entre 2016-2019 e apurou desconto tarifário correspondente a 3,17% a ser aplicado no processo de Revisão Ordinária da Tarifa de 2021. Nesse contexto, a Concessionária pleiteou, cautelarmente, que o Judiciário suspendesse as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades e; iii) pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requereu a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato.

Em 11 de junho de 2021, após ouvir a ANTT, o Judiciário reconheceu liminarmente os argumentos da Companhia e determinou que a ANTT se abstenha, até a sentença, de a) exigir e/ou impor novas sanções à requerente e a aplicar redução tarifária com fundamento nos fatos levados ao juízo; e b) exigir o refazimento das obras realizadas a partir do 6º Termo Aditivo até que seja proferida sentença nos autos. Em 01/10/2021, o TRF-01 negou provimento ao agravo de instrumento da ANTT e manteve a decisão liminar por seus próprios

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

fundamentos. Aguarda-se andamento do processo e julgamento do mérito em primeira instância. A decisão judicial tem sido cumprida pela ANTT.

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Companhia tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão.

A medida cautelar decorreu de representação apresentada por deputados federais do RS. Em síntese, os Representantes alegam que a referida Deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao elevar os valores dos pedágios praticados pela Companhia, traria problemas econômicos à região de Pelotas/RS e iria de encontro ao Acórdão 883/2020 do TCU, que teria indicado a existência de potenciais desequilíbrios a serem apurados pela Agência Reguladora, atualmente com exigibilidade suspensa.

Segundo o TCU, a Deliberação ANTT nº 277/2021 teria contrariado o Acórdão nº 883/2020 ao autorizar a majoração das tarifas praticadas no polo rodoviário de Pelotas. No entendimento do ministro relator, diante da possibilidade de se confirmar a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato discutida na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, haveria fundamentos para se suspender o “aumento das tarifas” até o julgamento do pedido de reexame da Companhia e dos embargos de declaração da ANTT naquele processo. A Companhia e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente, não tendo havido quaisquer violações aos comandos discutidos na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, uma vez que a ANTT tomou o devido cuidado para respeitar as disposições do Acórdão nº 883/2020 no âmbito do processo de revisão tarifária.

A referida decisão também afetou o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), que foi aprovado, com atraso em relação à data-base contratual, em 01 de novembro de 2022, por meio da Deliberação nº 332/2022.

Em que pese ter havido a propositura de nova medida cautelar perante o TCU com o objetivo de suspender tal reajuste (TC nº 028.576/2022-5), a área técnica do Tribunal de Contas já emitiu avaliação que atesta que a decisão da ANTT respeita as determinações do TCU. Portanto, a Deliberação nº 332/2022 permanece vigente e não há, até a presente data, decisão que suspenda o atual reajuste tarifário, que compreendeu os efeitos das revisões de 2021 e 2022. Aguarda-se o julgamento de referida medida cautelar

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita a ser reequilibrada em favor da Concessionária no montante total de R\$ 78.582. O direito ao reequilíbrio decorrente dos atrasos é reconhecido pela ANTT, conforme o item 35 da Nota Técnica SEI nº 5322/2022/GEGEF/SUOD/DIR, ao estabelecer que o atraso na aplicação destas alterações deverá ser reequilibrado na próxima Revisão Ordinária.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), e a Interpretação Técnica ICPC-01 Contratos de Concessão, a Companhia efetuou o registro do direito ao reequilíbrio no montante ora mencionado, sendo a contrapartida a rubrica “Intangível” na sub-rubrica “Contrato de Concessão”.

Acórdão 883/2020 – TCU

Em 16 de abril de 2020, a Companhia tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à Companhia, sem que esta fosse parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293 (no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR-392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro de 2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu às diretrizes contratuais e normativas vigentes. A Companhia apresentou manifestação ao processo, requerendo o seu ingresso como parte interessada e as razões para anulação das decisões anteriores. Em agosto de 2021 o TCU admitiu a Companhia no processo e recebeu o pedido de reexame apresentado, suspendendo os efeitos do acórdão nº 883/2020 que determinavam a reavaliação da tarifa de pedágio.

Em apreciação preliminar de mérito, a 4ª Diretoria da SERUR/TCU por meio de sua instrução técnica recomendou o acolhimento dos argumentos apresentados pela Companhia e ANTT, segundo o entendimento de que “a arrecadação a maior das tarifas de pedágio, derivada da alteração do fator multiplicador (VP/VL), tem como origem o aumento do volume de tráfego de veículos pesados, que compõe o risco da demanda e a álea econômica ordinária contratual. Por este motivo, não permite a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em estrita observância do princípio da segurança jurídica”. Não obstante o teor do parecer técnico, o encaminhamento dado pelo Secretário ao Min. Relator foi pela manutenção da decisão recorrida. O processo foi pautado para julgamento de mérito no dia 21/09/2022. Durante a sessão, os Ministros divergiram quanto à real existência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, bem como abordaram eventual distorção do princípio do contraditório, uma vez que a Companhia não foi ouvida desde o início do processo. A partir dessas considerações, o Ministro Relator retirou o processo de pauta para a realização de diligências adicionais. No momento, aguarda-se a apreciação dos embargos de declaração da ANTT e do pedido de reexame da Companhia.

A Companhia apresentou manifestações contrárias ao entendimento apresentado pelas respectivas Portarias ANTT e seus reflexos, bem como defesas aos autos de infração lavrados, todos em análise pela Agência Reguladora. A depender dos resultados da discussão administrativa e seus efetivos efeitos sobre o Contrato de Concessão, a Companhia estuda a possibilidade de judicializar a matéria.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS**Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação das provisões no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.127	224	1.351
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	616	300	919
(-) Pagamentos	(624)	(89)	(716)
(+) Atualização monetária	518	44	562
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.637</u>	<u>479</u>	<u>2.116</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.366	294	1.660
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	219	55	274
(-) Pagamentos	(1.034)	(151)	(1.185)
(+) Atualização monetária	576	26	602
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.127</u>	<u>224</u>	<u>1.351</u>

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$28.318 em 31 de Dezembro de 2022 (R\$31.343 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2022, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$884 (R\$1.395 em 31 de dezembro de 2021), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

c) Processos tributários

Em 31 de Dezembro de 2022, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$16.995 (R\$15.772 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo é de R\$3.551, o qual atingiu o limite de constituição de reserva.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$75.055 refere-se a: (i) R\$101 Juros sobre o Capital próprio de 2021; (ii) R\$40.263 de dividendos remanescentes do exercício de 2021; ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022; (iii) R\$1.641 de juros sobre capital próprio (dos R\$1.777 contabilizados) do exercício de 2022; e (iv) R\$33.050 de dividendos intermediários do exercício de 2022, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, a serem ratificados na Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2023. O saldo de R\$136 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	90.366	84.755
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(33.050)	(43.234)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.777)	(1.258)
Dividendos adicionais propostos (*)	(55.539)	(40.263)

(\*) Os dividendos adicionais propostos estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2022.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**e) Reserva de capital – ágio na incorporação

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Companhia, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o saldo é de R\$4.900.

**20. RECEITA LÍQUIDA**Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	77.574	93.668
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	165.215	155.932
Vale-pedágio	100.270	105.515
Direito reequilíbrio (d)	78.582	-
Outras	132	171
	<u>421.773</u>	<u>355.286</u>
Receita de construção (b)	45.795	148.878
Receitas acessórias (c)	558	482
	<u>468.126</u>	<u>504.646</u>
Deduções da receita bruta	(36.653)	(30.964)
Receita líquida	<u>431.473</u>	<u>473.682</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	421.773	355.286
Receitas acessórias	558	482
	<u>422.331</u>	<u>355.768</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(12.670)	(10.680)
PIS (0,65%)	(2.745)	(2.314)
ISS (2% a 5%)	(21.105)	(17.778)
Abatimentos	(133)	(192)
	<u>(36.653)</u>	<u>(30.964)</u>

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- d) Conforme Nota Explicativa nº 17.b), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), a Companhia, efetuou o registro do direito ao reequilíbrio no montante de R\$78.582.

**21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	19.667	18.664
Conservação e manutenção e outros	8.671	15.064
Serviços de terceiros (*)	36.859	36.623
Seguros	1.080	795
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	4.217	3.553
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 16)	12.205	11.130
Custo de construção de obras	45.795	148.878
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	110.833	82.811
Locação de imóveis e máquinas	761	828
Outros custos e despesas operacionais	6.791	6.306
	<u>246.879</u>	<u>324.652</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	229.535	305.793
Despesas gerais e administrativas	17.344	18.859
	<u>246.879</u>	<u>324.652</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

**22. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.631	1.413
Atualização monetária depósitos judiciais	8	2
Outras receitas financeiras	59	2
	<u>2.698</u>	<u>1.417</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	-	(5.195)
Juros sobre debêntures	(50.810)	(16.037)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(704)	(505)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(1.362)	(964)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(562)	(602)
Juros capitalizados	3.920	1.572
Juros sobre arrendamentos CPC06 (R2)	(685)	(285)
Pis/Cofins s/ outras receitas financeiras	(125)	(66)
Outras despesas financeiras	(1.409)	(1.417)
	<u>(51.737)</u>	<u>(23.499)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(49.039)</u>	<u>(22.082)</u>

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****23. LUCRO POR AÇÃO**a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	90.366	84.755
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	17.755	17.755
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>5,09</u>	<u>4,77</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

**24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida (a)	404.916	375.915
Caixa e equivalentes de caixa	(21.564)	(8.818)
Dívida líquida	<u>383.352</u>	<u>367.097</u>
Patrimônio líquido (b)	82.323	67.047
Índice de endividamento líquido	<u>4,66</u>	<u>5,48</u>

(a) A dívida é definida como debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhados nas Notas Explicativas nos 13, 14 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 103,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (99,9% em 31 de dezembro de 2021).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

<u>Classificação - Custo amortizado</u>	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	1.234	1.234
Clientes (ii)	25.787	25.787
Aplicações financeiras (i)	21.298	21.298
Passivos:		
Fornecedores (ii)	9.320	9.320
Debêntures (iii)	373.955	373.939
Passivo de arrendamento (iii)	30.363	30.363
Obrigações com Poder Concedente (iii)	598	598
<u>Classificação – Valor justo através do resultado</u>	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	34	34

- (i) Os saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) As debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

## a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

## (i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

## b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$12.282 (R\$8.414 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

## c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - %				
	a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	CDI+1,65% a.a.	196.362	233.657	-	-
Passivo de arrendamento	Cfe contrato individual	9.417	9.417	9.330	2.199
		<u>205.779</u>	<u>243.074</u>	<u>9.330</u>	<u>2.199</u>

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$153.275 (ativo circulante de R\$50.685 e passivo circulante de R\$203.960), principalmente decorrente de debêntures, passivo de arrendamento e provisão para manutenção de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

## Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	2.030	2.537	3.045
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(40.756)	(48.340)	(55.812)
Juros a incorrer, líquidos		(38.726)	(45.803)	(52.767)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA – Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

## c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<u>Transação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Direito de uso – CPC 06 (R2)	36.471	4.261

**26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**27. EVENTO SUBSEQUENTE**Decisão Supremo Tribunal Federal (STF)

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.

**Certificate Of Completion**

Envelope Id: C8897CC2A23A4EAD9833423CD843DC48

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: EMPRESAECOSUL22.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Acordo de Confidencialidade (NDA), Declarações de proteção de dados (DPA), outras declarações

Source Envelope:

Document Pages: 63

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Eder Oliveira

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Envelopeld Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

eder.oliveira@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

**Record Tracking**

Status: Original

15 March 2023 | 18:12

Holder: Eder Oliveira

eder.oliveira@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

15 March 2023 | 19:28

Holder: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

**Signer Events**

Marcelo Orlando

marcelo.orlando@pwc.com

partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Not Offered via DocuSign

**Signature**

DocuSigned by:  
  
 EFC9BAA8A6A1420...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.159.64

**Timestamp**

Sent: 15 March 2023 | 18:13

Viewed: 15 March 2023 | 19:27

Signed: 15 March 2023 | 19:28

**In Person Signer Events****Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Eder Oliveira

eder.oliveira@pwc.com

Manager

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None)

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Not Offered via DocuSign

**COPIED**

Sent: 15 March 2023 | 19:28

Viewed: 15 March 2023 | 19:28

Signed: 15 March 2023 | 19:28

**Witness Events****Signature****Timestamp**

<b>Notary Events</b>	<b>Signature</b>	<b>Timestamp</b>
----------------------	------------------	------------------

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	15 March 2023   18:13
Certified Delivered	Security Checked	15 March 2023   19:27
Signing Complete	Security Checked	15 March 2023   19:28
Completed	Security Checked	15 March 2023   19:28

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------